

Banco de Portugal divulga estatísticas das contas financeiras das administrações públicas e da dívida pública¹

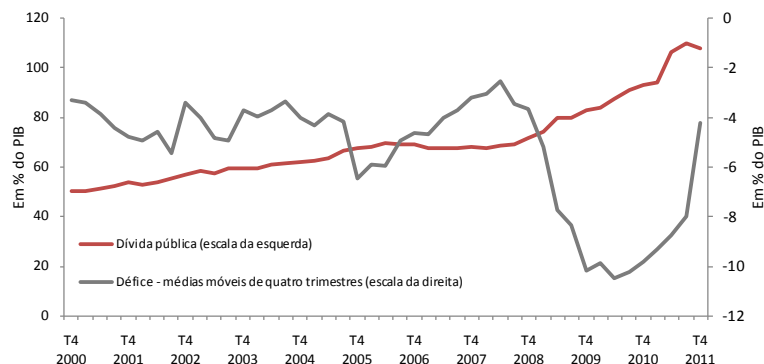
Principais destaques

No final de 2011, a dívida pública na ótica do Procedimento dos Défices Excessivos² atingiu os 184.3 mil milhões de euros (107.8 por cento do PIB), após se ter situado em 161.1 mil milhões de euros (93.3 por cento do PIB) no final de 2010 (Gráfico 1).

Na edição de abril do Boletim Estatístico são também divulgados³ os valores preliminares da dívida pública para fevereiro de 2012, que aumentou para 190.1 mil milhões de euros. Este aumento reflete, sobretudo, os empréstimos recebidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal em janeiro de 2012 (4.25 mil milhões de euros).

Gráfico 1

Dívida pública e défice das administrações públicas em % do PIB



Em 2011, o défice das administrações públicas situou-se em 7.2 mil milhões de euros (4.2 por cento do PIB), que compara com 17.0 mil milhões de euros em 2010 (9.8 por cento do PIB). Este valor continua a evidenciar uma recuperação que se iniciou no segundo trimestre de 2010, embora o resultado obtido no final de 2011 reflita a transferência de fundos de pensões do setor bancário para as administrações públicas, que beneficiou em 6.0 mil milhões de euros (3.5 por cento do PIB) a poupança financeira deste setor.

¹ A informação sobre as contas financeiras trimestrais das administrações públicas está disponível no Capítulo F do Boletim Estatístico do Banco de Portugal e no BPstat | Estatísticas *online*. A informação sobre a dívida pública é disponibilizada no BPstat | Estatísticas *online*.

² Este conceito é equivalente ao da chamada "dívida de Maastricht". Difere do conceito de dívida direta do Estado (compilada pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP) numa base mensal e divulgada também pelo Banco de Portugal), devido, principalmente, a: i. diferenças de delimitação do setor - a dívida direta do Estado inclui apenas a dívida emitida pelo Estado, enquanto na dívida de Maastricht se incluem todas as entidades classificadas, para fins estatísticos, no setor institucional das administrações públicas; ii. efeitos de consolidação - a dívida direta do Estado reflete apenas os passivos deste subsector, enquanto a dívida de Maastricht é consolidada, isto é, excluem-se os ativos das administrações públicas em passivos emitidos pelas próprias administrações públicas; iii. capitalização dos certificados de aforro - a dívida direta do Estado inclui a capitalização acumulada dos certificados de aforro, que é excluída da definição de Maastricht. Para definições e esclarecimentos metodológicos adicionais, ver Nota técnica e Referências no final deste documento.

³ No capítulo K do Boletim Estatístico relativo ao endividamento do setor não financeiro.

Em 2011, o ajustamento défice-dívida, correspondente à diferença entre a variação da dívida (+23.2 mil milhões de euros) e o défice (7.2 mil milhões de euros), foi particularmente elevado (15.9 mil milhões de euros), devido, principalmente, à acumulação de depósitos (10.2 mil milhões de euros) e de outros ativos financeiros (3.9 mil milhões de euros).

Análise dos valores publicados

Dívida pública situou-se em 107.8 por cento do PIB em 2011

No final de 2011, a dívida das administrações públicas ascendeu a 184.3 mil milhões de euros (107.8 por cento do PIB), o que representa uma subida face aos 93.3 por cento registados no final de 2010. A evolução em 2011 foi explicada sobretudo pelos empréstimos obtidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, iniciado no segundo trimestre de 2011.

Até ao final de 2011, Portugal recebeu 35.4 mil milhões de euros, repartidos pelo Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (14.1 mil milhões), Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (8.1 mil milhões) e Fundo Monetário Internacional (13.1 mil milhões). Note-se que uma parcela significativa destes empréstimos não tinha sido ainda utilizada no final de 2011, estando registados como ativos (depósitos) das administrações públicas. Para a evolução da dívida contribuiu, adicionalmente, o aumento de empréstimos contraídos junto de instituições financeiras residentes em Portugal e, em sentido contrário, uma redução da dívida titulada e em numerário e depósitos, principalmente através de certificados de aforro.

A evolução da dívida da administração regional e local é apresentada nos Gráficos 2 e 3. O total da dívida das duas regiões autónomas passou de 0.7 mil milhões de euros no final de 2000 (0.5 por cento do PIB) para 4.4 mil milhões de euros no final de 2011 (3.1 por cento do PIB), devido, principalmente, à evolução registada na Região Autónoma da Madeira. Recorde-se que, em 2011, foi registada na dívida pública daquela região a assunção, pelo Governo Regional, de dívidas do setor empresarial.

A evolução da dívida da administração local apresentou igualmente uma tendência ascendente, tendo passado de 1.9 mil milhões de euros no final de 2000 (1.5 por cento do PIB) para 5.9 mil milhões de euros no final de 2010 (3.4 por cento do PIB). Em 2011, assistiu-se a uma ligeira redução da dívida da administração local para 5.7 mil milhões de euros (3.3 por cento do PIB).

Gráfico 2

Dívida da administração regional

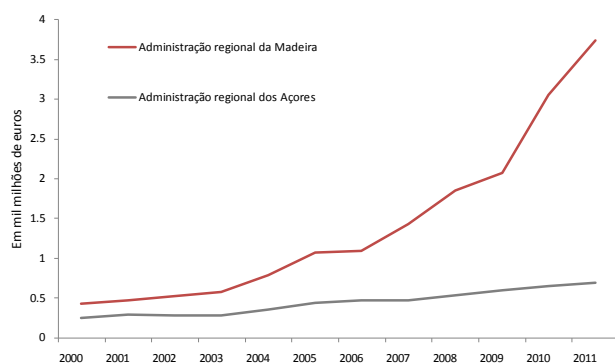
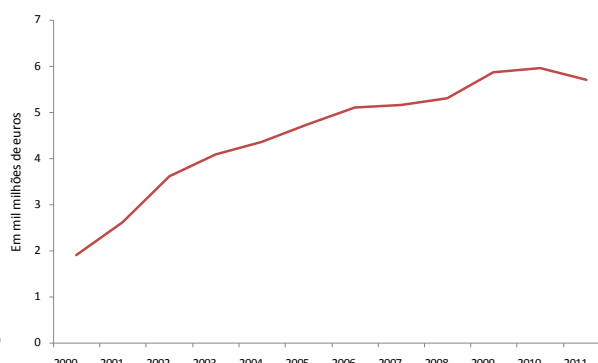


Gráfico 3

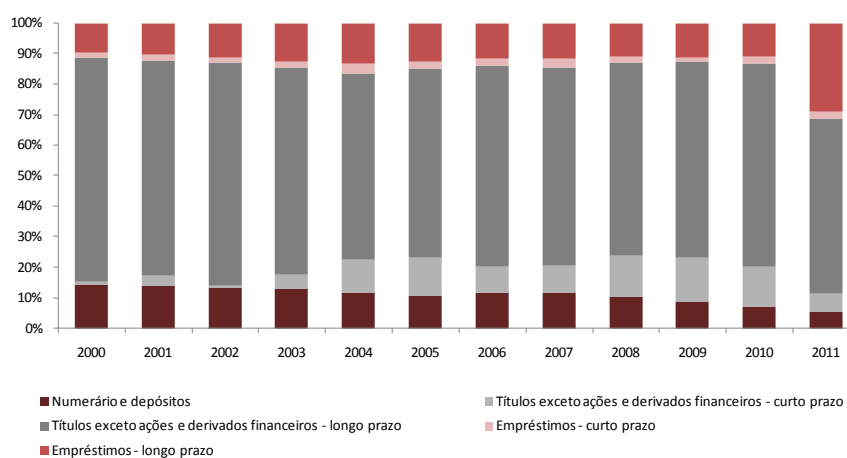
Dívida da administração local



Relativamente à composição da dívida das administrações públicas por instrumento financeiro (Gráfico 4), registou-se, em 2011, um forte incremento do peso dos empréstimos obtidos no total da dívida e, em contrapartida, uma redução do financiamento por títulos. O peso dos empréstimos no total da dívida situou-se em 31.0 por cento no final de 2011 (13.2 por cento em 2010). O peso dos títulos exceto ações e derivados financeiros no total da dívida reduziu-se para 63.5 por cento no final de 2011, após 79.5 por cento em 2010.

Durante o ano de 2011 verificou-se uma redução de numerário e depósitos, por via de uma redução do investimento líquido em certificados de aforro por parte do setor dos particulares, em montantes superiores aos do investimento líquido em certificados do Tesouro. Estes instrumentos financeiros são classificados como depósitos e constituem passivos das administrações públicas.

Gráfico 4
Peso da dívida por instrumento

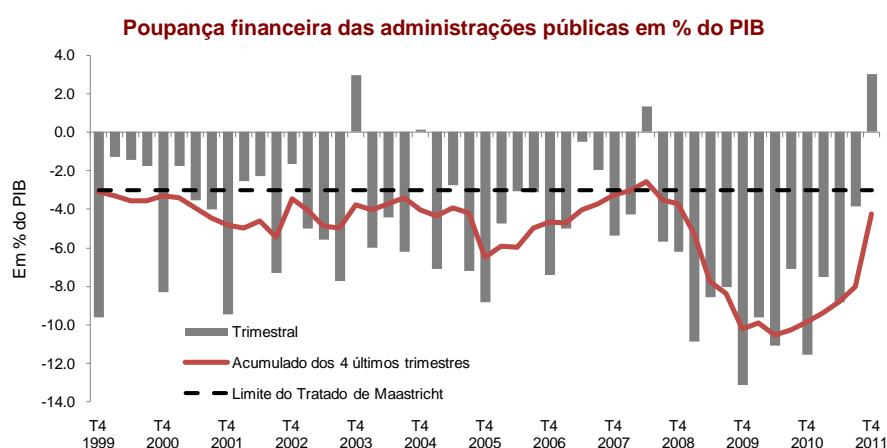


Poupança financeira⁴ das administrações públicas foi de -4.2 por cento do PIB em 2011

Em 2011, a necessidade de financiamento das administrações públicas reduziu-se face ao ano anterior, situando-se em 4.2 por cento do PIB (7.2 mil milhões de euros), o que compara com 9.8 por cento do PIB em 2010 (17.0 mil milhões de euros) (Gráfico 5). A transferência dos fundos de pensões do setor bancário para o Estado influenciou a necessidade de financiamento das administrações públicas, a qual, sem essa operação, teria sido de 7.7 por cento do PIB (13.2 mil milhões de euros).

⁴ Corresponde à capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento, ou seja, a diferença entre as transações de ativos e passivos financeiros. Uma diferença positiva entre os dois agregados corresponde a capacidade de financiamento ou superávit. Uma diferença negativa corresponde a necessidade de financiamento ou défice.

Gráfico 5



O financiamento das administrações públicas⁵ apresenta, em 2011, valores semelhantes aos da poupança financeira. O Gráfico 6 apresenta os valores do financiamento acumulado nos últimos 12 meses e do défice (necessidade de financiamento) das administrações públicas em cada ano.

Gráfico 6



Ajustamento défice-dívida foi de 9.3 por cento do PIB em 2011

Em 2011, a variação da dívida pública foi de 23.2 mil milhões de euros. Este valor foi muito superior ao do défice registado em 2011 (7.2 mil milhões de euros), o que resultou num ajustamento défice-dívida de 15.9 mil milhões de euros. Esta diferença é justificada, principalmente, pela acumulação de depósitos das administrações públicas em instituições financeiras monetárias (10.2 mil milhões de euros), por via da parcela não utilizada dos fundos recebidos no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.

Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento nos outros ativos financeiros (3.9 mil milhões de euros), dos quais 2.7 mil milhões de euros relativos à parte da transferência dos fundos de pensões que será regularizada no decurso do

⁵ A informação do financiamento das administrações públicas encontra-se disponível no Capítulo E.1 do Boletim Estatístico e no BPstat | Estatísticas online.

primeiro semestre de 2012. O valor remanescente é explicado em grande medida pelo registo do pagamento antecipado da margem do empréstimo concedido pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira. Contribuem também para a explicação do ajustamento défice-dívida a concessão de empréstimos pelas administrações públicas (0.9 mil milhões de euros), nomeadamente à Grécia e à Irlanda, no contexto dos programas de auxílio financeiro a estes países. Finalmente, o ajustamento défice-dívida em 2011 é também explicado pelas transações em juros corridos e não pagos (0.5 mil milhões de euros) e por variações cambiais da dívida em moeda estrangeira (0.6 mil milhões de euros). No Gráfico 7 apresenta-se a evolução do ajustamento défice-dívida.

Gráfico 7
Ajustamento défice – dívida

